

**A.I.** - 206969.0014/05-6  
**AUTUADO** - BRASIL DISTRIBUIDORA DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA.  
**AUTUANTE** - IRLENE ERCI LINO  
**ORIGEM** - INFAZ ILHÉUS  
**INTERNET** - 22.12.2005

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0479-01/05

**EMENTA: ICMS. 1. LIVROS FISCAIS. a)** DIVERGÊNCIA ENTRE OS VALORES LANÇADOS NO REGISTRO DE ENTRADAS E NO REGISTRO DE APURAÇÃO. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. Imputação não elidida. **b)** FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO. MULTA. Infração caracterizada. **2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a)** MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. O pagamento antecipado do imposto relativo à mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária encerra a fase de tributação, sendo irregular o creditamento efetuado pelo autuado. Infração caracterizada. **b)** BENS DO ATIVO PERMANENTE. O crédito fiscal destacado no documento fiscal pertence a estabelecimento diverso do autuado, não sendo admissível a sua utilização da forma como foi efetuada mesmo se tratando de estabelecimentos da mesma empresa. Infração subsistente. **3. BASE DE CÁLCULO. ERRO NA DETERMINAÇÃO DO VALOR. EXIGÊNCIA DE IMPOSTO.** O autuado não estava autorizado a utilizar a redução de base de cálculo prevista no Decreto nº 7.488/98, posteriormente revogado pelo Decreto nº 7.799/00, considerando a inexistência do Termo de Acordo exigido. Infração subsistente. Rejeitadas as preliminares de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 30/09/2005, exige do autuado ICMS no valor de R\$2.013.416,94, acrescido da multa de 60%, bem como aplica multa fixa no valor de R\$180,00, sob a alegação de cometimento das seguintes irregularidades, no período fiscalizado de 01/01/2001 a 31/03/2005.

1- Recolheu a menor ICMS em decorrência de divergências entre os valores lançados no Livro Registro de Entradas de Mercadorias e o escriturado no Livro Registro de Apuração do ICMS. Total da Infração: R\$15.700,71. Consta que a exigência é relativa ao mês de maio/2001, sendo: Valor do ICMS lançado no Registro de Entradas, R\$28.952,15. Valor lançado no Registro de Apuração do ICMS, R\$44.652,86. Diferença de ICMS a recolher, R\$15.700,71. Consta, ainda, que o autuado é usuário do SEPD para escrituração do livro Registro de Entradas e não apresentou a fiscalização o livro escriturado por processamento de dados; foi considerado para efeito de apuração a escrituração auxiliar feita pelo contribuinte- livro de escrituração manual - que confere com a documentação apresentada pelo contribuinte.

2- Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadoria(s) adquirida(s) com pagamento de imposto por substituição tributária. Total da Infração: R\$7.098,73. Consta que a exigência é relativa às aquisições interestaduais de algodão e hastes flexíveis – mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária – nos meses de janeiro a julho, setembro e dezembro do exercício de 2001 e fevereiro de 2002, conforme demonstrativo Auditoria do Uso de Crédito Fiscal indevidamente em anexo.

3- Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias destinadas a contribuinte diverso do indicado no(s) documento(s) fiscal(is). Total da Infração: R\$24.804,00. Consta que a exigência é relativa às 3ªs. vias das Notas Fiscais nºs. 706840, 707359 e 706841, destinadas ao Banco FINASA S/A – São Paulo, com indicação de que as mercadorias (veículos) seriam arrendados ao contribuinte, sendo escriturado como aquisição de ativo imobilizado, conforme demonstrativo Auditoria do Uso de Crédito Fiscal do ICMS indevidamente, cópia das notas fiscais e dos livros em anexo.

4- Deixou de apresentar Livro(s) Fiscal(is), quando regularmente intimado. Total da Infração: R\$180,00. Consta que o autuado é usuário do SEPD para emissão de notas fiscais e escrituração dos livros fiscais, Registro de Entradas e Registro de Saídas, deixou de apresentar os livros Registro de Entradas relativos aos exercícios de 2001 e 2004, e o livro Registro de Saídas relativo aos exercícios de 2001, 2002, 2003 e 2004, sendo regularmente intimado pela segunda vez em 30/08/2005 e, apesar da dilatação do prazo para apresentação e dos diversos contatos mantidos com o contribuinte, os livros não foram apresentados até a data de 30/09/2005.

5- Deixou de recolher o ICMS em função de divergências entre os documentos fiscais e os lançamentos nos livros fiscais próprios, nos meses de janeiro a dezembro dos exercícios de 2001 e 2002, janeiro, fevereiro, maio a outubro e dezembro de 2004. Total da Infração: R\$1.965.813,50. Consta que foi apurado o recolhimento a menor do ICMS através do demonstrativo Auditoria dos Lançamentos dos Documentos de Saídas nos Livros Fiscais - Registro de Saídas e/ou Registro de Apuração do ICMS – relativo ao período 2001/2004, sendo apresentado Resumo mensal de cada exercício e demonstrativo relacionando todos os documentos do período 2001, 2003 e 2004 – com totalização diária e mensal – e totalização de documentos por dia relativo ao exercício de 2002, com os valores de base de cálculo e ICMS constantes das notas fiscais de saídas apresentadas pelo autuado a fiscalização, tudo conforme demonstrativos Auditoria dos Lançamentos dos Documentos de Saídas, nos livros fiscais Registro de Saídas e/ou Registro de Apuração do ICMS.

O autuado apresenta peça impugnatória ao lançamento de ofício (fls. 1534/1535), atacando as infrações 02, 03 e 05.

Relativamente à infração 02, sustenta que a autuante se limitou em apresentar os créditos utilizados na entrada das notas fiscais e não a posterior tributação na saída dos mesmos produtos.

No que concerne à infração 03, afirma que os créditos utilizados são legítimos, pois a nota fiscal foi emitida com alienação fiduciária ao Banco Ford S/A, com o adquirente sendo a Brasil Distribuidora de Perfumaria e Cosméticos Ltda., portanto, configurando compra para o ativo imobilizado, como demonstra o DUT e os demais documentos comprobatórios.

No respeitante à infração 05, sustenta que foi beneficiado com redução da base de cálculo conforme determina o Decreto nº 7.488/98, modificado pelo parágrafo único através do Decreto nº 7.686 e conforme Termo de Acordo sob o protocolo nº 0400991298485 de 29/11/1999. Prossegue, dizendo que o benefício foi indeferido em 28/03/2005, conforme intimação para manifestar-se acerca da decisão proferida. Diz que o Inspetor Fazendário ao receber o pedido de regime especial, deverá se pronunciar através de parecer opinativo formal no prazo de 10(dez) dias, contado do recebimento do pedido, sendo que findo este prazo e não havendo ciência ao contribuinte, este poderá de imediato utilizar dos benefícios concedidos.

Esclarece que a decisão do indeferimento do pedido fora enviada via AR em 15/03/00, para cientificar o autuado e foi devolvido a INFAZ/Ilhéus com a informação de “não procurado”, datada de 25/04/00. Afirmo que a INFAZ seguiu as normas do artigo 108, inciso II, do RPAF/99, que estabelece que a intimação editalícia do sujeito passivo far-se-à somente se não for possível a realização do procedimento pela forma pessoal, ou por via postal com Aviso de Recebimento – AR. Sustenta que esta forma do RPAF é válida e indispensável para terceiro, mas deve ser interpretada e aplicada em conjunto com a regra processual. Diz que vinha sendo regularmente intimado de outros procedimentos da SEFAZ em seu endereço.

Sustenta que a infração é nula, pois o ato que a motivou padece de vício insanável. Reitera que o seu endereço não é desconhecido, ignorado, incerto ou inacessível, sendo nulo o procedimento por violar os princípios que regem o processo administrativo fiscal, dentre eles o devido processo legal, o contraditório e a simples defesa, ficando assim descaracterizada a infração.

Afirmo que a autuante reconheceu ter havido falha da administração em não ter sido o contribuinte, cientificado do indeferimento do benefício em tempo hábil, fato só ocorrido em 28/03/2005.

Conclui, requerendo que o Auto de Infração seja julgado nulo, ou no mérito improcedente, pelas razões argüidas.

Na informação fiscal apresentada (fls.1537/1541), a autuante preliminarmente salienta que o defendente não apresentou impugnação às Infrações 01 e 04, manifestando o entendimento de que foram reconhecidas pelo autuado.

No que concerne à Infração 02, afirmo que o autuado reconhece em sua defesa que adquiriu mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária (algodão e hastes flexíveis) com o ICMS relativo à substituição tributária retido pelo remetente das mercadorias ou pago antecipadamente pelo autuado e utilizou indevidamente crédito fiscal destacado nas notas fiscais de entradas, o que é vedado pela legislação, considerando que a fase de tributação estava encerrada, conforme demonstrado no anexo “Auditoria do uso de crédito fiscal do ICMS indevidamente”(fl. 11).

Refuta a alegação do autuado de que as saídas posteriores foram tributadas, afirmando não ser verdadeira, mesmo porque o autuado não juntou sequer uma nota fiscal para tentar provar sua alegação equivocada.

Cita como exemplo de que não houve saída tributada, as notas fiscais relacionadas às fls. 1044,1046,1055/1056,1092,1374,1413,1489, referentes às saídas realizadas nos exercícios de 2001/2004(fl. 895/1527).

Reitera que o autuado utilizou indevidamente crédito fiscal do ICMS e que não houve nenhuma nota fiscal de saída com tributação das mercadorias que tiveram o imposto retido ou antecipado, conforme demonstrado no levantamento (fl.11), cópia das notas fiscais de entradas (fls.680 a 699) e cópia do livro Registro de Entradas (fls.703 a 802). Conclui, mantendo este item da autuação.

Relativamente à Infração 03, afirmo que o arrendatário dos veículos é BRASIL DISTRIBUIDORA DE PERFUMES E COSMÉTICOS LTDA., situada na Av. Cinquentenário, 513, Itabuna-Ba., Inscrição Estadual 37457310, CNPJ nº. 96758834/0001-30, que é estabelecimento distinto do autuado. Diz que o autuado não é nem adquirente nem arrendatário dos veículos e que estes não integram ou integraram o seu ativo imobilizado, e mesmo que fosse o adquirente não poderia utilizar o crédito fiscal da forma utilizada.

Sustenta que o crédito do ICMS é indevido, conforme comprovam demonstrativo (fl.11), cópia das notas fiscais (fls.700/702) e cópia do livro Registro de Entradas, onde constam os lançamentos (fls.790/793). Mantém a autuação quanto a este item.

Quanto à Infração 05, sustenta que não é verdadeira a alegação do autuado de que teria sido beneficiado com redução da base de cálculo prevista no Decreto nº 7.488/98, conforme Termo de Acordo protocolado sob o nº 04000991298485 de 29/11/1999 e que o benefício teria sido indeferido em 28/03/2005, sendo a infração nula porque o ato que a motivou padeceria de vício insanável (fls.1535).

Sustenta que o contribuinte não firmou Termo de Acordo de atacadista com o Estado da Bahia, representado pela Secretaria da Fazenda.

Esclarece que o autuado protocolou a sua intenção de firmar Termo de Acordo, entretanto, após análise preliminar da INFAZ/Ilhéus, a sua solicitação foi indeferida, sendo comunicado ao autuado mediante edital, tendo em vista que o Correio não entregou a intimação por AR. Afirma que não há nada de irregular na intimação por edital, sendo o procedimento da repartição fazendária regular de acordo com a legislação pertinente.

Prossegue, dizendo ser descabida a pretensão do autuado de nulidade da infração, sob o argumento de que poderia utilizar “imediatamente” o benefício se ele não fosse cientificado pela repartição fazendária no prazo de 10(dez) dias, reportando-se a regime especial.

Acrescenta que a utilização do tratamento tributário previsto no Decreto nº 7.488/98, é condicionada à celebração de Termo de Acordo específico a ser firmado entre o Estado representado pela SEFAZ e o contribuinte interessado, existindo no referido termo as condições para fruição do benefício e não através de regime especial conforme alegado pelo autuado.

Continua, dizendo que o autuado apenas protocolou na repartição fazendária a sua intenção de firmar o Termo de Acordo (atacadista) com o Estado, sendo o pedido indeferido e cientificado ao contribuinte. Afirma que o autuado não pode e não poderia em nenhum momento reduzir a base de cálculo do imposto nas saídas das mercadorias.

Sustenta que a infração está devidamente enquadrada na legislação e fartamente demonstrada nos anexos ao Auto de Infração, “Auditoria dos lançamentos dos documentos de saídas nos livros fiscais Registro de Saídas e/ou Registro de Apuração do ICMS” (fls.12 a 649), cópia dos livros (fls.803 a 894) e cópia– por amostragem- das notas fiscais de saídas (fls.895 a 1527). Conclui, mantendo este item da autuação.

Finaliza a autuante dizendo que em nenhum momento o autuado contestou os números apurados nos levantamentos fiscais que demonstram as infrações, nem os documentos anexados ao PAF, apenas alegando que teria direito aos créditos fiscais e Termo de Acordo para redução da base de cálculo o que demonstrou ser inverídico, mantendo integralmente o auto de infração.

## **VOTO**

Preliminarmente, constato que o autuado argüi a nulidade do Auto de Infração, sob o argumento de existência de vício insanável e por violação aos princípios que regem o processo administrativo, dentre eles o devido processo legal, o contraditório e a simples defesa.

Após exame das peças que constituem o presente processo, rejeito a nulidade pretendida porque entendo que estão presentes os pressupostos de validação do Auto de Infração, não tendo ocorrido quaisquer das hipóteses previstas no artigo 18, seus incisos, alíneas e parágrafos, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal – RPAF/99, que determinam a nulidade do ato.

Observo que foram respeitados os princípios apontados pelo autuado, que inclusive, apresenta a sua defesa de forma bastante clara e precisa, atacando a exigência fiscal na sua integralidade.

No mérito, verifico que o autuado reconhece as infrações 1 e 4, sendo mantidas as exigências conforme abaixo:

1- Recolheu a menor ICMS em decorrência de divergências entre os valores lançados no Livro Registro de Entradas de Mercadorias e o escriturado no Livro Registro de Apuração do ICMS. Total da Infração: R\$15.700,71.

4- Deixou de apresentar Livro(s) Fiscal(is), quando regularmente intimado. Total da Infração: R\$180,00.

Relativamente à infração 2, que trata da utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas com pagamento de imposto por substituição tributária, observo que o autuado afirma que a autuante se limitou a apresentar os créditos utilizados na entrada das notas fiscais e não a posterior tributação nas saídas, entretanto, constato que não trouxe o autuado nenhuma comprovação das suas alegações.

Na realidade, verifico que a autuante comprova justamente o contrário da afirmação do autuado, pois, conforme levantamento (fl.11), cópia das notas fiscais de entradas (fls.680 a 699) e cópia do livro Registro de Entradas (fls.703 a 802) houve efetivamente utilização indevida de crédito fiscal, considerando que o pagamento do imposto encerra a fase de tributação das mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária. Assim, a infração é subsistente.

Vale registrar que, caso possa provar as suas alegações de que as saídas foram tributadas, o que não fez no presente momento, poderá o autuado, em querendo, pleitear a restituição do valor recolhido indevidamente, obviamente observando o que dispõe o CTN e a Lei 7.014/96.

No que concerne à infração 3, que diz respeito à utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias destinadas a contribuinte diverso do indicado no documento fiscal, verifico que o autuado afirma que os créditos utilizados são legítimos, pois as notas fiscais foram emitidas com alienação fiduciária ao Banco Ford S/A, com o adquirente sendo a Brasil Distribuidora de Perfumaria e Cosméticos Ltda., portanto, configurando compra para o ativo imobilizado, como demonstrariam o DUT e os demais documentos comprobatórios.

Entretanto, conforme comprova a autuante nos autos do processo, o arrendatário dos veículos é BRASIL DISTRIBUIDORA DE PERFUMES E COSMÉTICOS LTDA., situada na Av. Cinquentenário, 513, Itabuna-Ba., Inscrição Estadual 37457310, CNPJ nº. 96758834/0001-30, conforme as Notas Fiscais nºs.706840, 707359 e 706841.

Efetivamente, se trata de uma situação fática, devidamente comprovada no processo, de que o estabelecimento titular do crédito fiscal não é o estabelecimento do autuado, e sim outro estabelecimento da mesma empresa, porém, com endereço, inscrição estadual e CNPJ, totalmente diverso do autuado, sendo indevido o creditamento realizado. Portanto, caracterizada a infração.

No respeitante à infração 05, deixou de recolher o ICMS em função de divergências entre os documentos fiscais e os lançamentos nos livros fiscais próprios, no total de R\$1.965.813,50, observo que o autuado sustenta que foi beneficiado com a redução da base de cálculo, consoante estabelece o Decreto nº. 7.488/98, e conforme Termo de Acordo protocolado sob o nº0400991298485 de 29/11/1999, manifestando o entendimento de que o Inspetor Fazendário ao receber o pedido de regime especial, deveria se pronunciar através de parecer opinativo formal no prazo de 10(dez) dias, contado do recebimento do pedido, sendo que findo este prazo e não havendo ciência ao contribuinte, este poderia de imediato utilizar dos benefícios concedidos.

Apesar de o autuado tecer outras considerações sobre os procedimentos da INFAZ/Ilhéus, relativamente à forma de cientificação do resultado do indeferimento do pedido de celebração de Termo de Acordo, identifico que o cerne da questão reside no fato de ter o contribuinte utilizado o benefício de redução da base de cálculo previsto, à época, pelo Decreto nº 7.488/98, desde quando protocolizou o pedido, ou seja, em 1999, por entender que faria jus ao benefício em decorrência do silêncio do Inspetor Fazendário.

Inicialmente, fazendo um breve histórico sobre a legislação do ICMS relativa ao benefício da redução da base de cálculo de que cuida o presente Auto de Infração, registro que à época da protocolização do pedido o benefício se encontrava disciplinado pelo Decreto nº 7.488, de 29/12/98.

O referido decreto surgiu inicialmente com prazo certo de vigência, sendo de 01 de janeiro a 30 de junho de 1999, consoante o seu artigo 8º.

Posteriormente, o prazo acima referido foi prorrogado até 31/12/99, pelo Decreto nº 7.628, de 28/12/99, e pelo Decreto nº 7.728, de 28/12/99, até 30/06/00.

Através do Decreto nº 7.799, de 09/05/00, o Decreto nº 7.488/98, foi revogado, passando o benefício fiscal a ser regido pelo Decreto nº 7.799/00, que permanece vigendo até a presente data.

À época da protocolização do pedido de celebração de Termo de Acordo, o artigo 7º, do Decreto 7.488/98, apresentava a seguinte redação, que teve efeitos até 31/12/99.

*"Art. 7º A utilização do tratamento tributário previsto neste Decreto dependerá de celebração de Termo de Acordo específico, a ser firmado entre a Secretaria da Fazenda e o interessado, através do Departamento de Administração Tributária – DAT, no qual serão determinados as condições e procedimentos aplicáveis ao caso."*

*Parágrafo único. A assinatura do Termo de Acordo só será permitida a contribuinte que se encontre em situação regular perante o fisco estadual".*

Conforme se observa da leitura do dispositivo acima transcrito, a utilização do tratamento tributário dependia de Termo de Acordo, firmado entre a SEFAZ e o contribuinte, no qual se estabelecia as condições e procedimentos aplicáveis, sendo que o Parágrafo único do artigo 7º, também acima transcrito, claramente determinava que somente seria permitida a assinatura do Termo de Acordo, a contribuinte que se encontrasse em situação regular perante o fisco estadual.

Ora, se a legislação estabelecia que a fruição do tratamento tributário dependia de Termo de Acordo, e excluía deste o contribuinte que se encontrasse em situação irregular, evidentemente que não ficaria ao talante do contribuinte utilizar-se do benefício, antes da manifestação da SEFAZ.

Obviamente, por ser um acordo, a manifestação das partes se torna indispensável, principalmente, considerando a existência de condições e procedimentos que seriam aplicáveis ao caso.

No intuito de verificar se em algum momento a legislação passou a admitir a unilateralidade adotada pelo autuado, tendo em vista que a autuação se reporta aos exercícios de 2001, 2002 e 2003, portanto, posterior à vigência do Decreto nº 7.488/98, transcrevo abaixo o vigente Decreto nº 7.799/00, precisamente o seu artigo 7º, Parágrafo único, e o seu artigo 7º-A, "in verbis":

*"Art. 7º A utilização do tratamento tributário previsto nos artigos 1º, 2º, 3º-A, 3º-B, 3º-C e 3º-D fica condicionada à celebração de Termo de Acordo específico, a ser firmado entre o Estado da Bahia, representado pela Secretaria da Fazenda, através da Diretoria de Administração Tributária - DAT da circunscrição fiscal do contribuinte, e o interessado, no qual serão determinadas as condições e procedimentos aplicáveis ao caso."*

*Parágrafo único. A assinatura do Termo de Acordo só será permitida a contribuinte que se encontre em situação regular perante o fisco estadual."*

*Art. 7º-A O desenquadramento de contribuinte do tratamento tributário previsto neste Decreto, por iniciativa do fisco, será precedido de denúncia do Termo de Acordo a que se refere o artigo anterior."*

Conforme se verifica na transcrição acima, em nenhum momento houve admissibilidade da unilateralidade adotada pelo autuado, melhor dizendo, sempre existiu a indispensável bilateralidade característica do Termo de Acordo.

Cabe observar que o artigo 7º-A, ao falar do desenquadramento do contribuinte, determina que este será precedido de denúncia do Termo de Acordo, significando dizer que não pode o contribuinte ser surpreendido com o desenquadramento procedido pela SEFAZ, sob pena de nulidade do ato.

A contrário senso, também não pode a SEFAZ ser surpreendida pelo contribuinte que unilateralmente utiliza o tratamento tributário sob exame, o que se ocorrer implicará na aplicação de sanção pela infração, como no presente caso.

Registro, por entender necessário, que o autuado incorre em equívoco ao afirmar na sua peça defensiva que *“o Inspetor Fazendário ao receber o pedido de regime especial, deverá se pronunciar através de parecer opinativo formal no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento do pedido, sendo que findo este prazo e não havendo ciência ao contribuinte, este poderá de imediato utilizar dos benefícios concedidos.”*

Efetivamente, o Termo de Acordo de que cuida o presente processo, não se confunde em nenhum momento com o regime especial previsto no artigo 900, do RICMS/97, conforme se verifica abaixo:

*“Art. 900. Em casos especiais, visando a facilitar aos contribuintes o cumprimento das obrigações fiscais, poderá ser autorizada a adoção de regime especial para pagamento do ICMS, bem como para a emissão de documentos ou a escrituração de livros fiscais (Conv. AE 9/72).”*

Ademais, mesmo se tratando de regime especial, a legislação do ICMS não autoriza o contribuinte a utilizar os procedimentos pretendidos, após o prazo de 10 dias que tem o Inspetor Fazendário para se pronunciar, se este não o fizer.

Diante do exposto, entendo que assiste razão a autuante, sendo este item da autuação também subsistente.

Voto pela procedência do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206969.0014/05-6**, lavrado contra **BRASIL DISTRIBUIDORA DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA.** devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 2.013.416,94**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, inciso II, “a” e VII, “a” da Lei 7.014/96, bem como de multa fixa no valor de **R\$180,00**, prevista no artigo 42, inciso XX, “b”, da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de dezembro de 2005.

CLARICE ANIZIA MÁXIMO MOREIRA- PRESIDENTE

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR